

L E I Nº 1.141/73

Data : 23 de agosto de 1973.

Súmula: Dispõe sobre a contratação de pessoal pelo regime da legislação trabalhista e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - A Prefeitura poderá contratar pessoa nos casos e segundo as normas estabelecidas por lei.

Artigo 2º - O pessoal de que trata esta Lei será contratado pelo Regime de Legislação Trabalhista.

Parágrafo Único - A contratação a que se refere este artigo será autorizada pelo Diretor do Departamento de Administração, mediante proposta do Órgão interessado, havendo dotação orçamentária para atender as despesas.

Artigo 3º - A contratação ou admissão de pessoal, somente ocorrerá nos seguintes casos:

I - A contratação ou admissão de pessoal técnico ou científico necessário aos serviços de saúde, ensino, pesquisa e engenharia;

II - A contratação ou admissão de pessoal técnico ou científico necessário aos serviços braçais ou de natureza industrial.

Parágrafo Único - Fica expressamente vedada a contratação de pessoal para serviços braçais ou de natureza industrial.

Artigo 4º - O contrato de pessoal de que trata o artigo anterior será sempre escrito, por tempo determinado ou indeterminado, conforme a conveniência do serviço.

Artigo 5º - O salário pago ao contratado não poderá ser inferior ao salário mínimo regional.

Parágrafo Único – O Prefeito Municipal aprovará, por decreto, a tabela de salários para o pessoal contratado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 6º e o disposto no artigo 9º.

Artigo 6º - Quando se tratar de contratação de pessoal técnico ou científico, o candidato deverá apresentar “curriculum vitae”, atestado de experiência profissionais e diploma de curso superior ou equivalente, devidamente registrado.

Parágrafo Único – Para efeito de remuneração nas contratações a que se refere este artigo, observar-se-ão as bases do mercado de trabalho.

Artigo 7º - Somente será contratado pessoal para funções do magistério nos seguintes casos:

I – Quando houver cargos vagos no Quadro do Magistério;  
II – Quando houver cargos no Quadro do Magistério, mas só após ser observado o seguinte:

A) Abertas as inscrições, não se apresentem candidatos para prover as vagas existentes;

B) Abertas as inscrições, os candidatos inscritos não logrem aprovação em número suficiente para provimento das vagas existentes.

Artigo 8º - Na construção de pessoal para funções do Magistério, sempre precedida de exame prévio de seleção e obedecido o disposto no artigo anterior, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

I – Portador do certificado de conclusão do curso normal-colegial;

II – Portador de comprovante de que esteja cursando o normal-colegial;

III – Portador de certificado de conclusão do curso ginásial ou equivalente;

IV – Portador de comprovante de que esteja cursando o ginásial ou equivalente;

Artigo 9º - O salário do contrato para funções do Magistério será fixado na conformidade da legislação federal pertinente.

Artigo 10 – Além das exigências mencionadas nesta Lei, o candidato deverá satisfazer as seguintes condições:

- I – Possuir carteira profissional;
- II – Ser portador de certificado de reservista ou de isenção de serviço militar, se do sexo masculino;
- III – Comprovar quitação com as obrigações decorrentes da Legislação Eleitoral
- IV – Ser aprovado em exame de sanidade física e mental;

Artigo 11 – Nos contrato de que trata esta Lei constarão cláusulas, entre outras, em que se definem:

- I – O Horário de trabalho do contrato, bem como a de que fica obrigado a prestar serviços em qualquer órgão ou repartição Municipal, dentro do território do Município;
- II – A declaração de que o contratado não terá direito ou vantagem prevista para os funcionários públicos municipais;
- III – A classificação Orçamentária dos recursos destinados à satisfação de todas as despesas decorrentes do contrato.

Artigo 12 – O exame de seleção previsto no artigo 8º, na contratação de pessoal para funções do Magistério, será realizado pelo Decreto de Educação e Cultura.

Artigo 13 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 30 de junho de 1973.

Jamil Fares Midauar  
Prefeito Municipal

Altevir Santos Ragazzi  
Oficial Administrativo